

BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ 14.580.304/0001-18
Sede: Av. da França, 409 - 10º Andar - Salvador - BA



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Baneb Corretora de Seguros S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Salvador, BA, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Milhares de Reais

ATIVO	2013	2012	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	2012
CIRCULANTE	4.785	4.676	CIRCULANTE	198	243
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	4.754	4.644	Impostos e Contribuições a Recolher.....	39	30
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15b).....	31	27	Dividendos a Pagar (Nota 8c).....	43	104
Outros Créditos.....	-	5	Outras Obrigações.....	116	109
NÃO CIRCULANTE	5.022	5.035	NÃO CIRCULANTE	220	219
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.863	4.863	Provisão para Impostos e Contribuições.....	43	42
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15b).....	20	20	Provisões Judiciais (Nota 17b).....	177	177
Depósitos Judiciais (Nota 6).....	4.863	4.863	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.389	9.249
INVESTIMENTOS	10	10	Capital.....	-	-
IMOBILIZADO (Nota 7)	129	142	- De Domiciliados no País (Nota 8a).....	4.700	4.500
TOTAL	9.807	9.711	Reservas de Lucros (Nota 8b).....	4.689	4.749
			TOTAL	9.807	9.711

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS (Nota 9)	250	267
Impostos e Contribuições sobre Serviços (Nota 10).....	(24)	(26)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	226	241
RECEITAS OPERACIONAIS	374	618
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 11).....	374	618
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	68
Receitas de Aluguéis (Nota 12).....	-	68
DESPESAS OPERACIONAIS	266	247
Despesa Tributária (Nota 13).....	11	11
Despesa Gerencial e Administrativa (Nota 14).....	275	236
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	314	660
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)	(131)	(240)
LUCRO LÍQUIDO	183	440
Número de ações.....	775.320	775.320
Lucro Líquido básico por lote de mil ações em R\$.....	236,03	567,51

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Pagamento de Dividendos	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	Reserva de Retenções			
Saldos em 31.12.2011	4.200	577	3.666	470	-	8.913	
Aumento do Capital Social com Reservas.....	300	-	(300)	-	-	-	
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	440	440	
Destinações:							
- Reservas.....	-	22	314	-	(336)	-	
- Dividendos Propostos (R\$ 0,13 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	(104)	(104)	
Saldos em 31.12.2012	4.500	599	3.660	470	-	9.249	
Aumento do Capital Social com Reservas.....	200	(200)	-	-	-	-	
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	163	163	
Destinações:							
- Reservas.....	-	9	131	-	(140)	-	
- Dividendos Propostos (R\$ 0,06 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	(43)	(43)	
Saldos em 31.12.2013	4.700	408	3.611	470	-	9.389	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Lucro Líquido	183	440
Saldos Finais	183	440

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	314	660
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos	14	14
Depreciações.....	13	13
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas.....	1	1
Lucro Líquido Ajustado	328	684
Aumento (Redução) em Outros Ativos.....	1	(4.628)
Redução em Outras Obrigações.....	(43)	(158)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(72)	(127)
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) nas Atividades Operacionais	214	(4.219)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos.....	(104)	(176)
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(104)	(176)
(Aumento) Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	110	(4.395)
Início do Período.....	4.644	9.039
Fim do Período.....	4.754	4.644
(Aumento) Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	110	(4.395)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado - Em Milhares de Reais

Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	%	2012	%
1 - RECEITAS	250	70,6	335	46,4
Receita Bruta de Serviços.....	250	70,6	267	37,0
Outras Receitas.....	-	-	68	9,4
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(257)	(72,6)	(216)	(30,2)
Serviços de Terceiros.....	(189)	(53,4)	(185)	(25,6)
Outros.....	(68)	(19,2)	(33)	(4,6)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(7)	(2,0)	117	16,2
4 - DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(13)	(3,6)	(13)	(1,8)
Depreciação.....	(13)	(3,6)	(13)	(1,8)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3+4)	(20)	(5,6)	104	14,4
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras Líquidas.....	374	105,6	618	85,6
	374	105,6	618	85,6
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	354	100,0	722	100,0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL				
Impostos, Taxas e Contribuições.....	171	48,3	282	39,1
Federais.....	155	43,8	262	36,3
Estatuais.....	1	0,3	1	0,1
Municipais.....	15	4,2	19	2,7
Remuneração de Capitais Próprios.....	183	51,7	440	60,9
Dividendos.....	43	12,2	104	14,4
Lucros Retidos.....	140	39,5	336	46,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Baneb Corretora de Seguros S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a corretagem dos diversos tipos de seguros, nos termos da legislação em vigor, além da prestação de todos os serviços técnicos e administrativos complementares e necessários ao desenvolvimento desta atividade. A Baneb Corretora de Seguros S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2014.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), aplicáveis a pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentadas na Nota 4.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

continua...



BANEZ CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ 14.560.304/0001-18

Sede: Av. da França, 409 - 10º Andar - Salvador - BA



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Milhares de Reais

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizadas para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento financeiros, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação, é igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de alteração no valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

2.4) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de edificações é calculada utilizando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada em 25 anos (4% ao ano).

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.5) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.6) Provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 e pela Deliberação da GVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.7) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

2.8) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Receitas de aluguel

A receita de aluguel proveniente de imóvel para investimento, arrendado a terceiros conforme contrato de arrendamento operacional, é reconhecida pelo método linear em "Outras receitas operacionais" durante o período de arrendamento.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de juros sobre fundos de investimento e atualização monetária de tributos a compensar.

2.9) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia optou pela tributação através da modalidade do lucro presumido (32% da Receita Bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando à alíquota-base de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e à alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada com a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mudanças nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota 17b.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional (1)	8	7
Fundos de investimento financeiros (2)	4.746	4.837
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.754	4.844

(1) Referem-se a depósitos à vista;

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimento Financeiros exclusivos aos integrantes da Organização Bradesco ou empresas ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Depósitos judiciais	4.663	4.663
Total	4.663	4.663

Refere-se basicamente ao depósito judicial para garantia de Execução Fiscal, no valor de R\$ 4.666 (2012 - R\$ 4.666), cuja probabilidade de perda do processo, de acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos, é remota.

7) ATIVO IMOBILIZADO

As depreciações são calculadas de acordo com a política da Companhia de depreciação para os ativos próprios e os valores demonstrados a seguir:

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação	Em 31 de dezembro	
				2013	2012
Imobilizado de uso:					
Edificações	4% a.a.	327	(261)	66	79
Terrenos	-	63	-	63	63
Total em 31 de dezembro de 2013		390	(261)	129	
Total em 31 de dezembro de 2012					142

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição de capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Ordinárias	775.320	775.320
Total	775.320	775.320

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 05 de Abril de 2013, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 200, elevando-o de R\$ 4.900 para R\$ 4.700, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Reservas de lucros	4.689	4.749
- Reserva legal (1)	408	599
- Reserva estatutária para aumento de capital (2)	3.811	3.680
- Reserva estatutária para pagamento de dividendos (3)	470	470

(1) Nos termos da Legislação Societária, a Companhia deve destinar 5% de seu lucro oficial anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar capital ou para absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos;

(2) Pode ser constituída até atingir o limite de 80% do valor do Capital Social Integralizado;

(3) Pode ser constituída com a finalidade de assegurar a continuidade da distribuição de dividendos intermediários pela Companhia até atingir o limite de 20% do valor do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	2013		% (1)		2012		% (1)	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Lucro líquido do exercício	183		440					
Reserva legal	(9)		(22)					
Base de cálculo	174		418					
Dividendos propostos	43	25,0	104	25,0				

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

9) RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Receitas de comissões	250	267
Total	250	267

10) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE SERVIÇOS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Pis	2	2
Cofins	10	11
ISS sobre comissões	12	13
Total	24	26

11) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Rendimento de aplicação em fundos de investimento	375	623
Pis - exercício anterior	(1)	(5)
Total	374	618

12) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Receitas de aluguéis	-	68
Total	-	68

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não apresentou receitas de aluguéis, visto que a partir de 01 de setembro de 2012, ocorreu o distrato do contrato de locação da locatária Graphite Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Impostos e taxas diversos	11	7
Pis - exercício anterior	-	1
Cofins - exercício anterior	-	3
Total	11	11

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Edição e publicações	160	123
Serviços prestados	29	62
Contribuição sindical patronal	5	5
Depreciação	13	13
Condomínio	85	32
Outras despesas administrativas	3	1
Total	275	216

continua...

...continuação

BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ 14.560.304/0001-18

Sede: Av. da França, 409 - 10º Andar - Salvador - BA



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Milhares de Reais

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 90 (2012 - R\$ 170) e R\$ 41 (2012 - R\$ 70) respectivamente, foram provisionados e registrados no resultado do exercício.
b) Os tributos a Compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 51 (2012 - R\$ 47), referem-se, substancialmente, a imposto de renda de exercícios anteriores e imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e receitas de corretagem.

16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	2013		Em 31 de dezembro 2012	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	8	-	7	-
Dividendos a pagar:				
Banco Alvorada S.A.	(20)	-	(56)	-
Receitas de comissões:				
Bradesco Vida e Previdência S.A.	-	250	-	267

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

17) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém existem processos em curso cuja perspectiva é provável.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na Constituição das provisões é considerada a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

Com relação às obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias, a Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, no montante de R\$ 177 (2012 - R\$ 177), os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não possuía operações em Instrumentos Financeiros Derivativos; e

b) Não houve outros eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A Diretoria

Silvio José Alves - Contador - CRC-1SP202567/O-5 S-BA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da

Baneb Corretora de Seguros S.A.
Salvador - BA

Examinamos as demonstrações contábeis da Baneb Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses

controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baneb Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 28 de fevereiro de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

NÚCLEO ASSISTENCIAL PARA PESSOAS COM CÂNCER - NASPEC

CNPJ: 01.428.475/0001-46

COMUNICAÇÃO

O Núcleo Assistencial Para Pessoas com Câncer - NASPEC apresentou e foram aprovados por unanimidade na Assembleia Geral Ordinária de 31/01/2014, Balanço financeiro anual de 2013, relatório de atividades de 2013 com descrições quantitativas das ações e plano de trabalho para 2014. Neste ato, informa a quem interessar possa que, todos conteúdos e resultados dos documentos citados, encontram-se a disposição na sua sede - Rua Padre Luis Figueira, nº 50, Final de Linha do Engenho Velho de Brotas - Salvador - BA, Presidente Romilza Medrado dos Santos.

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO

CNPJ: 11.788.798/0001-65

AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro torna público que se encontra à disposição o Edital PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014, objeto: fornecimento parcelado de combustíveis e derivados do petróleo, para abastecimento e manutenção da frota do Consórcio Portal do Sertão e do Convênio nº 11/2013 celebrado com o INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - INEMA - Abertura dia 25.03.2014 às 09 horas. O edital poderá ser aquirido na sede do Consórcio, situada na Rua Frei Henrique de Ascoli, 32, Capuchinhos, Feira de Santana-Ba, das 08h às 12h. Tel. (75) 3622-7140. As publicações posteriores dos atos subsequentes estarão à disposição de quaisquer interessados, no site: <http://www.tmmunicipal.org.br/>. Feira de Santana, 11 de março de 2014. Noel Barbosa do Rosário - Pregoeiro.

DESENBABIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S/A.

SOCIEDADE DE CAPITAL FECHADO
CNPJ/MF Nº 15.163.587/0001-27

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 1ª CONVOCAÇÃO

Ficam convidadas os senhores acionistas da DESENBABIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S/A, a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no edifício-sede da empresa, 5º andar, localizada na Av. Tancredo Neves nº776, nesta Capital, às 09:00 horas do dia 21 de março de 2014, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Preenchimento de vaga no Conselho de Administração da entidade;
2. Outros assuntos de interesse social.

Salvador, 10 de março de 2014

Manoel Vitor de Silva Filho
Presidente do Conselho de Administração

TRAMONTINA

TRAMONTINA NORDESTE S.A.

Simões Filho - BA
CNPJ nº 15.205.628/0001-09

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede da Companhia sita na Rodovia BR 324, Km 17, s/nº, Centro Industrial de Aratu, em Simões Filho, BA, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Simões Filho, em 10 de março de 2014.

Clovis Tramontina - Presidente do Conselho de Administração

BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.CNPJ 14.560.304/0001-18
Sede: Av. da França, 409 - 10º Andar - Salvador - BAGestão, Elaboração e
Divulgação de
Relatórios de Análise
Econômica Financeira e
Demonstrações
Contábeis Consolidadas
da Organização
Bradesco.

ISO 9001

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Baneb Corretora de Seguros S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Salvador, BA, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

Balço Patrimonial em 31 de dezembro - Em Milhares de Reais

ATIVO	2013	2012	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	2012
CIRCULANTE	4.785	4.676	CIRCULANTE	198	243
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	4.754	4.644	Impostos e Contribuições a Recolher	39	30
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15b)	31	27	Dividendos a Pagar (Nota 8c)	43	104
Outros Créditos	-	5	Outras Obrigações	116	109
NÃO CIRCULANTE	5.022	5.035	NÃO CIRCULANTE	220	219
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.883	4.883	Provisão para Impostos e Contribuições	43	42
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15b)	20	20	Provisões Judiciais (Nota 17b)	177	177
Depósitos Judiciais (Nota 6)	4.863	4.863	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.389	9.249
INVESTIMENTOS	10	10	Capital:		
IMOBILIZADO (Nota 7)	129	142	- De Domiciliados no País (Nota 8a)	4.700	4.500
TOTAL	9.807	9.711	Reservas de Lucros (Nota 8b)	4.689	4.749
			TOTAL	9.807	9.711

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS (Nota 9)	250	267
Impostos e Contribuições sobre Serviços (Nota 10)	(24)	(26)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	226	241
RECEITAS OPERACIONAIS	374	618
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 11)	374	618
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	68
Receitas de Aluguéis (Nota 12)	-	68
DESPESAS OPERACIONAIS	286	247
Despesas Tributárias (Nota 13)	11	11
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	275	236
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	314	680
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)	(131)	(240)
LUCRO LÍQUIDO	183	440
Número de ações	775.320	775.320
Lucro Líquido básico por lote de mil ações em R\$	236,03	567,51

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em Milhares de Reais

Eventos	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Totais
	Capital Social	Legal	Estatutária	Pagamento de Dividendos		
Saldos em 31.12.2011	4.200	577	3.666	470	-	8.913
Aumento do Capital Social com Reservas	300	-	(300)	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	440	440
Destinações:						
- Reservas	-	22	314	-	(336)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,13 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(104)	(104)
Saldos em 31.12.2012	4.500	599	3.680	470	-	9.249
Aumento do Capital Social com Reservas	200	(200)	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	183	183
Destinações:						
- Reservas	-	9	131	-	(140)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,06 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(43)	(43)
Saldos em 31.12.2013	4.700	408	3.811	470	-	9.389

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Lucro Líquido	183	440
Saldos Finais	183	440

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	314	680
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	14	14
Depreciações	13	13
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	1	1
Lucro Líquido Ajustado	328	694
Aumento/(Redução) em Outros Ativos	1	(4.628)
Redução em Outras Obrigações	(43)	(158)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(72)	(127)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	214	(4.219)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(104)	(176)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(104)	(176)
(Aumento)/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	110	(4.395)
Início do Período	4.644	9.039
Fim do Período	4.754	4.644
(Aumento)/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	110	(4.395)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado - Em Milhares de Reais

Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	%	2012	%
1 - RECEITAS	250	70,6	335	46,4
Receita Bruta de Serviços	250	70,6	267	37,0
Outras Receitas	-	-	68	9,4
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(257)	(72,6)	(218)	(30,2)
Serviços de Terceiros	(189)	(53,4)	(185)	(25,6)
Outros	(68)	(19,2)	(33)	(4,6)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(7)	(2,0)	117	16,2
4 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(13)	(3,6)	(13)	(1,8)
Depreciação	(13)	(3,6)	(13)	(1,8)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3+4)	(20)	(5,6)	104	14,4
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	374	105,6	618	85,6
Receitas Financeiras Líquidas	374	105,6	618	85,6
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	354	100,0	722	100,0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	354	100,0	722	100,0
Impostos, Taxas e Contribuições	171	48,3	282	39,1
Federais	155	43,8	262	36,3
Estaduais	1	0,3	1	0,1
Municipais	15	4,2	19	2,7
Remuneração de Capitais Próprios	183	51,7	440	60,9
Dividendos	43	12,2	104	14,4
Lucros Retidos	140	39,5	336	46,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Milhares de Reais**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Baneb Corretora de Seguros S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a corretagem dos diversos tipos de seguros, nos termos da legislação em vigor, além da prestação de todos os serviços técnicos e administrativos complementares e necessários ao desenvolvimento desta atividade. A Baneb Corretora de Seguros S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2014.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), aplicáveis a pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentadas na Nota 4.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizadas para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento financeiros, cujos vencimentos na data da efetiva de aplicação, é igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de alteração no valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

2.4) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de edificações é calculada utilizando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada em 25 anos (4% ao ano).

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.5) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.6) Provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 e pela Deliberação da CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.7) Patrimônio líquido**a) Lucro por ação**

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

BANEB CORRETORA DE SEGUROS S.A.CNPJ 14.560.304/0001-18
Sede: Av. da França, 409 - 10º Andar - Salvador - BAGestão, Elaboração e
Divulgação de
Relatórios de Análise
Econômica Financeira e
Demonstrações
Contábeis Consolidadas
da Organização
Bradesco.

ISO 9001

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Milhares de Reais**b) Dividendos a pagar**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

2.8) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Receitas de aluguel

A receita de aluguel proveniente de imóvel para investimento, arrendado a terceiros conforme contrato de arrendamento operacional, é reconhecida pelo método linear em "Outras receitas operacionais", durante o período de arrendamento.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de juros sobre fundos de investimento e atualização monetária de tributos a compensar.

2.9) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia optou pela tributação através da modalidade do lucro presumido (32% da Receita Bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando à alíquota-base de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e à alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota 17b.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional (1)	8	7
Fundos de Investimento financeiros (2)	4.746	4.637
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.754	4.644

(1) Referem-se a depósito à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimento Financeiros exclusivos aos integrantes da Organização Bradesco ou empresas ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Depósitos judiciais	4.863	4.863
Total	4.863	4.863

Refere-se basicamente ao depósito judicial para garantia de Execução Fiscal, no valor de R\$ 4.686 (2012 - R\$ 4.686), cuja probabilidade de perda do processo, de acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos, é remota.

7) ATIVO IMOBILIZADO

As depreciações são calculadas de acordo com a política da Companhia de depreciação para os ativos próprios e os valores demonstrados a seguir:

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação	Em 31 de dezembro	
				2013	2012
Imobilizado de uso:					
Edificações	4% a.a.	327	(261)	66	79
Terrenos	-	63	-	63	63
Total em 31 de dezembro de 2013		390	(261)	129	
Total em 31 de dezembro de 2012					142

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Composição do capital social em ações**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas- escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Ordinárias	775.320	775.320
Total	775.320	775.320

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 05 de Abril de 2013, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 200, elevando-o de R\$ 4.500 para R\$ 4.700, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Reservas de lucros	4.689	4.749
- Reserva legal (1)	408	599
- Reserva estatutária para aumento de capital (2)	3.811	3.680
- Reserva estatutária para pagamento de dividendos (3)	470	470

(1) Nos termos da Legislação Societária, a Companhia deve destinar 5% de seu lucro oficial anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva legal poder ser utilizada para aumentar capital ou para absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos;

(2) Pode ser constituída até atingir o limite de 80% do valor do Capital Social Integralizado; e

(3) Pode ser constituída com a finalidade de assegurar a continuidade da distribuição de dividendos intermediários pela Companhia até atingir o limite de 20% do valor do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	2013	% (1)	2012	% (1)
Lucro líquido do exercício	183		440	
Reserva legal	(9)		(22)	
Base de cálculo	174		418	
Dividendos propostos	43	25,0	104	25,0

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

9) RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Receitas de comissões	250	267
Total	250	267

10) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE SERVIÇOS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Pis	2	2
Cofins	10	11
ISS sobre comissões	12	13
Total	24	26

11) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Rendimento de aplicação em fundos de investimento	375	623
Juros passivos	(1)	(5)
Total	374	618

12) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Receitas de aluguéis	-	68
Total	-	68

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não apresentou receitas de aluguéis, visto que a partir de 01 de setembro de 2012, ocorreu o distrato do contrato de locação da locatária Graphite Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Impostos e taxas diversos	11	7
Pis - exercício anterior	-	1
Cofins - exercício anterior	-	3
Total	11	11

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Editais e publicações	160	123
Serviços prestados	29	62
Contribuição sindical patronal	5	5
Depreciação	13	13
Condomínio	65	32
Outras despesas administrativas	3	1
Total	275	236

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 90 (2012 - R\$ 170) e R\$ 41 (2012 - R\$ 70) respectivamente, foram provisionados e registrados no resultado do exercício.

b) Os tributos a Compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 51 (2012 - R\$ 47), referem-se, substancialmente, a imposto de renda de exercícios anteriores e imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e receitas de corretagem.

16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	8	-	7	-
Dividendos a pagar:				
Banco Alvorada S.A.	(20)	-	(56)	-
Receitas de comissões:				
Bradesco Vida e Previdência S.A.	-	250	-	267

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

17) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos contingentes**

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém existem processos em curso cuja perspectiva é provável.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na Constituição das provisões é considerada a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

Com relação às obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias, a Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, no montante de R\$ 177 (2012 - R\$ 177), os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não possuía operações em Instrumentos Financeiros Derivativos; e

b) Não houve outros eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A Diretoria

Silvio José Alves – Contador – CRC-1SP202567/O-5 S-BA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da

Baneb Corretora de Seguros S.A.
Salvador - BA

Examinamos as demonstrações contábeis da Baneb Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses

controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baneb Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 28 de fevereiro de 2014

KPMGKPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SPMarco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0